

Os media e o terrorismo

M. Bettencourt Resendes*

A forma como as acções terroristas são tratadas nos grandes meios de comunicação social deu origem a uma polémica relativamente recente e, sobretudo, a uma questão em aberto.

A violência não é um problema exclusivo dos nossos dias nem sequer é de hoje a sua utilização com objectivos políticos – mas é um facto que os avanços tecnológicos e a internacionalização das implicações dos conflitos regionais dão ao terrorismo uma especial ressonância no quotidiano dos cidadãos. A Imprensa, por seu lado e aqui está em causa aquela que actua numa sociedade livre, aberta e pluralista, independentemente de alguns condicionamentos legais que divergem de democracia para democracia –, continua em busca do ponto de equilíbrio em que consiga conciliar o seu natural direito e dever de informar com as precauções inerentes à abordagem de um fenómeno em que a divulgação é um dos aspectos fulcrais.

Simplificando a metodologia, dir-se-á que as incógnitas estão em saber se se deve ou não «informar o terrorismo» e, em caso afirmativo (como resulta de um consenso largamente maioritário e como igualmente aqui se defende), «como informar o terrorismo».

O tema é de tal forma aliciante que tem já inspirado tratamento romanesco. Vale a pena transcrever, como elemento introdutório, uma passagem quase paradigmática a este respeito do *best-seller* de Dominique Lapierre e Larry Collins *O Quinto Cavaleiro*.¹ Os nomes e a situação são naturalmente fictícios e o cenário é o gabinete de Richard Snyder, «proprietário e presidente da empresa que edita o *New York Times*. Snyder acaba de transmitir aos seus principais colaboradores que existe algures em New York uma bomba H colocada por terroristas fiéis ao coronel Qadhafi. A bomba será detonada ao primeiro sinal de evacuação da cidade. Tudo isto lhe foi dito pelo próprio Presidente dos Estados Unidos, que pediu segredo absoluto ao jornal. Acompanhemos os diálogos:

Myron Pick, chefe de redacção: «Porque haveríamos nós de obedecer? O que é

* Jornalista. Director-adjunto do Diário de Notícias.

que nos prova que o chefe de Estado disse a verdade? Não seria a primeira vez que um presidente nos contaria patranhas!»

Resposta de Snyder: «O problema não é o Presidente, nem Qadhafi, nem os nossos interesses pessoais, mas somente os deveres do *New York Times* para com a população desta cidade.»

Novamente Myron Pick: «Eles são evidentes: é preciso fazer sair imediatamente uma edição especial para avisar as pessoas de que New York está ameaçada de destruição e exortá-los a porem-se ao fresco por todos os meios. Nós possuímos a informação e o nosso dever de jornalistas é publicá-la. A nossa experiência ensinou-nos que temos tudo a perder escondendo a verdade.»

Finalmente, o director do jornal, Robinson: «Se considerarmos que o nosso dever para com os novaiorquinos é avisá-los do perigo para que se possam salvar, não é com uma edição especial que o devemos fazer. Nesse caso, o patrão deveria telefonar já a todos os confrades das cadeias de rádio e televisão, para que alertem a população imediatamente. Feita esta observação, considero que o nosso dever é mantermo-nos sem restrição ao lado do Chefe de Estado. Esta tragédia não tem precedentes na história dos Estados Unidos. O *Times* falharia a sua missão para com o povo americano se traísse, numa situação tão grave, a confiança do homem que nos governa».

Poder-se-ia também citar excertos da obra *Spike (Matéria Proibida*, na tradução portuguesa), onde Robert Moss e Arnaud de Borchgrave relatam as desventuras de um jornalista que é involuntariamente manipulado por organizações terroristas e serviços de espionagem.² O episódio de *O Quinto Cavaleiro* contém, todavia, os ingredientes básicos que se confrontam nesta problemática: aborda o «sim ou não» à divulgação de um acto terrorista, a relação da Imprensa com o poder político a braços com a violência terrorista e tem ainda o mérito de dar a entender que é menos no domínio da Imprensa escrita do que no âmbito dos audiovisuais que se situa a controvérsia que é o tema deste trabalho.

Uma realidade preocupante

Lapierre e Collins deram, no seu livro, um desfecho à passagem transcrita que os mais cépticos não hesitarão em classificar de idílico face ao que se sabe sobre os termos da concorrência na Imprensa norte-americana e ainda sobre a grande susceptibilidade dos jornais prestigiados face a pressões do poder político. É uma

questão interessante, mas que se coloca por agora de parte. O cenário em causa concebia uma situação extrema que não tem por enquanto paralelo para além do reino da ficção.

A verdade, todavia, é que o terrorismo é, desde os princípios dos anos '60, uma das realidades mais preocupantes que se deparam às sociedades modernas. Para Jean François Revel, a luta contra o terrorismo, «para ser eficaz, não deve ser encarada como uma questão de lei e de ordem, mas sim como uma questão de defesa». Revel definiu assim o terrorismo moderno: os seus actos visam, na maior parte dos casos, as democracias; é internacional; é apoiado por alguns governos.³

Menos sucinto, mas também categórico, é Andrei Sakharov: «Entre os problemas que me preocupam está a irracionalidade do terrorismo internacional. Não importa que sejam elevados os objectivos profetizados pelos terroristas – e frequentemente não há tais justificações, as suas actividades são sempre criminosas, sempre destrutivas, lançando a espécie humana de volta ao tempo em que não havia lei, ao tempo do caos, provocando, talvez com a ajuda de serviços secretos ou de governos, complicações internas e internacionais, opondo-se às metas da paz e do progresso. Condeno sem reservas o terror das 'Brigadas Vermelhas', dos nacionalistas bascos e irlandeses, dos extremistas palestinianos, judeus e ucranianos, da 'Irmandade Muçulmana', dos arménios 'vingadores do genocídio de 1915' e de todos os outros terroristas. Espero que as pessoas por todo o mundo compreendam a natureza mortal do terrorismo, quaisquer que sejam os objectivos a atingir, e privem os terroristas de qualquer espécie de apoio, mesmo o mais passivo, e os rodeiem com uma muralha de condenação».⁴

As asserções de Revel e Sakharov remetem-nos para a primeira das incógnitas atrás levantadas: sim ou não à informação sobre o terrorismo?

Poucos são os dirigentes políticos de uma democracia que vão ao ponto de falar em censura, mas é frequente responsabilizar-se a Imprensa pela amplitude do movimento terrorista. Margaret Thatcher apelou aos jornalistas «para que neguem aos terroristas o oxigénio da publicidade»;⁵ Albin Challadon, ministro francês da Justiça, convidou a Imprensa a «reflectir sobre a sua própria deontologia» e os jornalistas a «autodisciplinarem-se» em matéria de informação sobre actos terroristas. Para Challadon, «há regras do jogo a definir e cabe à Imprensa resolver o problema (...) é necessário que a Imprensa entenda que o movimento terrorista repousa sobre a informação».⁶ É curioso notar que Challadon ressalvou, todavia, a sua oposição a qualquer forma de censura oficial, recordando na altura (entrevista ao canal 1 da

televisão francesa, em 21 de Julho de 1986) que se tinha oposto, na Assembleia Nacional, a um projecto de lei que visava limitar as possibilidades de a Imprensa noticiar actos terroristas. Segundo o ministro francês, «numa democracia a Imprensa é livre e cabe-lhe reflectir sobre a sua deontologia». Charles Pasqua, o controverso titular da pasta do Interior do governo de Jacques Chirac, é bem mais prosaico: acusou a Imprensa de ter criado um clima propício ao atentado de 9 de Julho de 1987 contra a Prefeitura da Polícia de Paris. Responsabilizando os media por «terem organizado um processo público à semelhança do que aconteceu em Moscovo», Pasqua acrescentou que a Imprensa «não compreendeu ainda a gravidade do que está em causa» e pronunciou-se a favor de «um código de 'bom comportamento'»⁷.

O Instituto Internacional de Imprensa, no seu relatório de 1985 sobre a liberdade de imprensa no mundo, reconhece que em alguns casos os media funcionaram objectivamente como divulgadores da causa terrorista. O documento do IPI – uma instituição conhecida pela sua moderação – conclui, todavia, com um juízo que é uma resposta directa às recriminações dos responsáveis políticos: «Aconteça o que acontecer, os terroristas encontrarão sempre uma via para fugir a restrições informativas e, com a tecnologia actual, notícias de qualquer acontecimento encontram facilmente uma audiência receptiva em todo o mundo. A melhor maneira para alarmar as pessoas é promover falsas notícias e rumores, os sucessores naturais de uma voz livre e de confiança. A experiência tem demonstrado que o silêncio fomenta o mistério e é o terreno mais propício para a acção violenta. Os políticos que apelam para a redução das notícias sobre incidentes terroristas e tumultos deveriam procurar soluções que conduzam às verdadeiras raízes dos problemas, em vez de matarem o mensageiro que traz as más novas».⁸

Silêncio: uma falsa solução

Vem a propósito recordar um episódio acontecido em Portugal nos finais do século passado, quando um crescendo de suicídios que alarmou a sociedade lisboeta levou os responsáveis pelos jornais da capital a tomarem a decisão de não publicar informações sobre o assunto. Esta espécie de «concordata» durou apenas alguns meses e terminou perante a constatação de que o silêncio da Imprensa não fazia diminuir o número de suicídios.

Bem mais recentemente, nos estados do sul dos EUA, foi acordado um *blackout* sobre notícias respeitantes a incidentes raciais, com o objectivo de tranquilizar as comunidades e «não alimentar os ódios em confronto». Os resultados foram

pouco mais do que nulos.⁹

Publicações reputadas, como a *Time* e a *Newsweek*, foram severamente criticadas pela cobertura concedida, em 1975, ao atentado contra o então presidente Ford, perpetrado por Sara Jane Moore e Lynerte Fromme, personagem que foi capa de ambas as revistas na semana seguinte. O colunista William Shannon, do *New York Times*, criticou publicamente aquele tipo de tratamento jornalístico, observando que «a Imprensa, quando transmite o essencial dos factos, tem a obrigação de negar a celebridade instantânea àqueles que actuam em busca de publicidade sensacionalista». Os atingidos reagiram e Edward Kosner, director da *Newsweek*, escreveu: «Se o público começa a acreditar que a Imprensa suprime notícias ou que as manipula em detrimento do interesse público, o resultado será a paranóia colectiva». A mesma linha de argumentação é aliás partilhada por outros responsáveis do sector, como William Small, director dos noticiários da cadeia televisiva CBS: «É sempre melhor transmitir do que não transmitir. A pior coisa que poderia acontecer neste país – muito pior do que qualquer acto terrorista – seria a perda da credibilidade dos noticiários televisivos e dos jornais».¹⁰

Frederick Hacker, um psiquiatra californiano especialista em «negociação com terroristas», foi mais longe e afirmou que «se os *media* não existissem, os terroristas teriam de os inventar»¹¹.

Dissemos, no início deste trabalho, que se tratava de uma questão que, em boa parte, está ainda em *aberto*. É, por sinal, significativo constatar que os escassos estudos e trabalhos de investigação desenvolvidos neste âmbito são bastante menos conclusivos do que interrogativos. Um trabalho de fundo trazido à estampa pela publicação *TV Guide* termina com uma série de perguntas: «Será que a violência diminuirá se a televisão a ignorar ou a minimizar? Será que a televisão alimenta as chamadas do terrorismo político? Será uma boa ideia instituir um qualquer sistema de auto-censura nos serviços noticiosos da televisão e será isso possível face ao aceso clima de concorrência existente? Se a televisão se auto-censurar não poderão os terroristas extremar o seu tipo de actuação até a um ponto em que os *media* não poderão mesmo ignorá-los? O direito do público a ser informado é absoluto? O direito da televisão a transmitir é absoluto ou existe uma responsabilidade tendo em conta as consequências da reportagem? Será que os terroristas modernos existiriam se não vivêssemos num planeta saturado em termos de *media*? Há passos positivos que a televisão possa dar no sentido de minimizar o seu aproveitamento por parte dos terroristas?»¹²

A magia da imagem

André Glucksmann, um dos chamados «novos filósofos» franceses, considera que «os conflitos dos nossos tempos ganham-se e perdem-se na televisão»¹³. Os terroristas compreenderam bem cedo essa realidade e, como adiante se verá, tornaram-se exímios utilizadores das potencialidades do audiovisual. Os profissionais da violência indiscriminada sabem que, ao longo dos séculos, em tempo de guerra, o recurso aos meios tecnológicos mais sofisticados na altura disponíveis foi sempre uma arma de peso.¹⁴

A presença do elemento televisivo nesta problemática tem igualmente a ver com o fascínio da imagem e com o seu carácter espectacular. Assim o entendeu um «déspota iluminado» como Luís XIV, quando afirmou que «as pessoas são felizes quando assistem a um espectáculo; é essa a melhor forma de controlar as mentes e os corações».¹⁵

As estatísticas explicam, também, a preponderância do «elemento norte-americano». Nos Estados Unidos existem aparelhos de televisão em 98 por cento das habitações, que estão ligados em média sete horas por dia, enquanto os visados foram interesses norte-americanos em mais de metade dos actos terroristas cometidos em todo o mundo entre 1969 e 1985¹⁶. Justifica-se, pois, que seja sobretudo na sociedade norte-americana que se tenham desenvolvido e aprofundado os debates sobre a controversa e explosiva relação entre os *media*, em particular a televisão, e as actividades terroristas.

Detenhamo-nos, com pormenor, sobre um dos acontecimentos que maior polémica suscitou nos EUA e que enquadra as principais vertentes da questão – o sequestro de um *Boeing* da Trans World Airlines, em Junho de 1985, no aeroporto de Beirute, onde os passageiros estiveram várias semanas à mercê de um grupo palestino liderado por Nabib Berri, que era, por ironia, ministro da Justiça do governo libanês.

Centenas de jornalistas norte-americanos voaram de imediato para Beirute. As três principais cadeias de televisão – a CBS, a ABC e a NBC – não pouparam esforços nem dinheiro para estarem em força na capital libanesa. É necessário salientar que, neste caso como noutros, não é apenas o desejo de informar que motiva tal aparato. O terrorismo vende – como escreveu Charles Krauthammer na *Time*, o terrorismo «vende pelo menos tanto como a pornografia».

A crise de Beirute fez, de facto, subir as audiências das cadeias de televisão dos Estados Unidos, como o caso Aldo Moro aumentou as tiragens dos jornais italianos. O conhecido *La Stampa*, por exemplo, subiu as vendas em cerca de 50 por cento durante essas semanas que abalaram a Itália. O mesmo sucedeu, aliás, em Portugal em ocasiões como o assalto à embaixada da Turquia, o assassinato de Issam Sartawi ou algumas das acções mais espectaculares das chamadas Forças Populares 25 de Abril.

Numa sociedade como a norte-americana, onde as regras do jogo deixam aos parceiros em concorrência uma margem de manobra bastante ampla, é fundamental bater o adversário. E isto é também válido para os *media*, em especial para a televisão, um negócio de muitas centenas de milhões de dólares...

O «circo de Beirute»

E assim surge o que a *Newsweek* chamou «circo de Beirute»: uma série de episódios, alguns deles a roçar o surrealismo de uma cobertura jornalística – desde um repórter a quem foi oferecida a possibilidade de uma «visita guiada» ao Boeing da TWA em troca da módica quantia de mil dólares, até aos 12 500 dólares que um terrorista pedia por uma entrevista exclusiva com um dos reféns, passando pelas divergências entre os próprios terroristas em matéria de estações de televisão. A «abóbada» de todo este cenário eram conferências de imprensa de reféns e sequestradores, com estes últimos impondo, invariavelmente, as condições que entendiam – material este transmitido quase sempre sem montagem e em directo.

Os homens de Nabib Berri demonstraram, na altura, um conhecimento apreciável das técnicas modernas de comunicação social: as principais conferências de imprensa foram sempre concedidas em sistema de *pool*, para assegurar a divulgação que interessava aos terroristas, enquanto, por outro lado, a Imprensa escrita foi praticamente ignorada.

Ajustando, porventura, contas antigas, os homens da palavra impressa não desperdiçaram a oportunidade. Impiedosa, a *Newsweek* escreve: «As cadeias de televisão lutaram sem tréguas pela honra de serem manipuladas pelos chiitas». A *Time* não foi menos caridosa e falou de «uma coprodução de jornalistas de televisão e terroristas». Houve mesmo quem classificasse a ABC de *Amal Broadcasting Company*.

Alguns anos antes (1979-80), os norte-americanos tinham sido confrontados com outra crise grave, quando um grupo de iranianos tomou de assalto a embaixada dos

EUA em Teerão e manteve sequestrados, durante vários meses, algumas dezenas de reféns. Já então se assistiu a episódios que trouxeram à ribalta o papel dos *media* neste tipo de acontecimentos. Ray Vicker, do *Wall Street Journal*, escrevia de Teerão: «É preciso estar bem no meio desta multidão, com os seus vendedores de *hot-dogs*, de amendoins e de soda, para apreciar o que pode chamar-se atmosfera de Carnaval – uma bonomia sem qualquer sinal exterior de ódio. Mas eis que surge uma câmara de televisão. Cerram-se os punhos, as faces crispam-se, iniciam-se as palavras de ordem». Os *slogans* «Morte ao Xá» e «Morte a Carter» chegavam a ser repetidos em iraniano, francês ou inglês consoante a nacionalidade das equipas de televisão que, na ocasião, se apresentavam em serviço de reportagem.¹⁷

Os dilemas do poder político

O que se passou em Beirute e em Teerão teve naturalmente repercussões públicas no relacionamento entre a Imprensa e o poder político, fornecendo mais uma boa dose de teoria à sustentação de posições que foram, são e serão antagónicas, por razões óbvias relacionadas com os interesses em confronto.

A propósito da crise iraniana, o colunista James Reston, do *New York Times*, mostrou-se convencido de que uma das razões que levou Carter a decidir-se pelo *raid* – falhado – que visava a libertação dos reféns foi a forma como a CBS terminava, diariamente, o seu principal serviço noticioso.¹⁸ De facto, Walter Cronkite, um «monstro sagrado» do jornalismo televisivo americano, que apresentou durante 14 anos o telejornal das 19 horas na CBS, concluía a sua locução com a seguinte «contabilidade»: «E assim passou mais um dia, o 6 de Maio de 1980, o 169^o em que um grupo de americanos está sequestrado na embaixada em Teerão».¹⁹

Os acontecimentos de Beirute, em 1985, suscitaram debate mais acalorado. Cedendo a uma tentação habitual, Henry Kissinger reclamou um *black-out* noticioso. Zbigniew Brezinsky, que foi conselheiro nacional de segurança do presidente Carter, fundamentou a sua opinião da forma que se segue: «Não há dúvida, nestes casos, de que a televisão trabalha em detrimento dos Estados Unidos. Ela transforma uma confrontação essencialmente política num drama pessoal, o que impede uma abordagem a frio, em termos de interesse nacional, em favor dos aspectos pessoais. Por outro lado, à medida que a confrontação se toma num drama pessoal, a capacidade reivindicativa dos terroristas aumenta. Finalmente, a televisão humaniza o inimigo; começam as equações e as equivalências, o que diminui a agressividade e eficiência de uma possível

resposta».

Retenha-se que a tónica destas críticas assenta no facto de se considerar que coberturas jornalísticas como aquela que se levou a cabo em Beirute condicionam a capacidade de decisão do poder político. A publicação *US News and World Report* afirmou que a pressão gerada pela televisão «pode levar o poder a excessos de acção ou a excessos de inactividade». Sabe-se, aliás, que durante a crise de Beirute o presidente Reagan foi pressionado por alguns dos seus colaboradores no sentido de intervir junto dos responsáveis da televisão. Depois de pesar os prós e os contras, Reagan acabou por desistir, «fundamentalmente para evitar acusações de tentativa de manipulação da informação», revelou o *US News and World Report*.²⁰

As cadeias de televisão defenderam-se deste rosário de acusações, mas, valha a verdade, sem excessiva convicção. Alegaram que tinham contribuído para «salvar a vida dos reféns, como muitos dos sequestrados reconheceram e agradeceram». Um comentador da NBC referiu que, «se, por milagre, as cadeias de TV tivessem acordado não cobrir o acontecimento, é quase certo que a primeira exigência dos terroristas seria uma câmara».

Respostas consensuais

O historial que aqui se desenvolve contém igualmente episódios em que órgãos de comunicação social decidiram não divulgar informação relacionada com terroristas, como aconteceu com a recusa do *New York Times* em publicar uma entrevista com Mohammed Abul Abbas, acusado de ter planeado o desvio do navio *Achille Lauro* e de ter assassinado um passageiro norte-americano do pacote de turismo. Numa entrevista que concedeu ao jornalista português Mário Mesquita, Warren Hogge, *foreign editor* do *New York Times* assumiu a responsabilidade pela decisão, justificando: «Havia uma razão jornalística para recusar a entrevista, independentemente das questões de fundo. A principal questão noticiosa que se colocava, nessa altura, acerca de Abul Abbas consistia em saber onde se encontrava. Ora, a publicação da entrevista dependia de aceitarmos a condição de ser omitido o lugar onde fora concedida. Afinal, estavam a dizer-me a mim, como *editor*, que não podia publicar o *lead* da reportagem (...) Considerei isso inaceitável. Interessava-me mais saber onde estava Abul Abbas do que aquilo que ele próprio iria dizer».²¹

Abbas acabou, porém, por ser entrevistado pela NBC, decisão que encontrou igualmente vozes favoráveis na própria sociedade norte-americana. Falando também

a Mário Mesquita, Spencer Klaw, director da prestigiada *Columbia Journalism Review*, disse que a NBC «teve toda a razão em transmitir a entrevista, até porque é importante conhecermos a opinião do inimigo». E precisou: «Há muita hipocrisia quando se justifica a não publicação com a impossibilidade de indicar o local onde a entrevista foi efectuada. Quando os jornais publicam entrevistas com líderes revolucionários da guerrilha, é normal escreverem *algures* na *Guatemala* ou onde quer que seja. Neste caso, Abbas não queria mencionar o sítio onde concedeu a entrevista, não porque receasse ser capturado, mas para não embaraçar o país de acolhimento. É irónico: o argumento principal é que Abul Abbas é um criminoso procurado pela justiça, logo a NBC, ao entrevistá-lo sem permitir que o prendessem, seria cúmplice do crime; mas ninguém se teria queixado se o texto contivesse a menção *algures* na *Tunísia* ou *algures* na *Líbia*». ²²

Mário Mesquita reconhece que o dilema está em boa parte por solucionar, mas considera que «a resposta consensual encaminha-se num sentido que passa pela rejeição simultânea, por um lado, de quaisquer medidas censórias de imposição governamental e, por outro lado, de um liberalismo sem fronteiras que não tenha em conta a natureza do fenómeno terrorista». ²³

Mais detalhadas são as «recomendações» de Jonathan Alter, comentarista da *Newsweek*, suscitadas pelo sequestro de Beirute: «A crise demonstra que o jornalismo é bem mais do que as últimas imagens de televisão, especialmente se é permitido aos terroristas actuarem como produtores executivos. Para o futuro, haverá que acabar com as reportagens exclusivas e cobrir os acontecimentos em sistema de *pool*; não transmitir material em directo ou por montar; não martelar na tecla dos aspectos pessoais e familiares; evitar perguntas políticas aos sequestradores; e, finalmente, não *engolir* cenários supostamente espontâneos, como as manifestações em Terão durante o sequestro da embaixada americana».

Esta espécie de «Código de Alter», descontado algum paternalismo, tem o mérito de identificar os aspectos *práticos* relacionados com o problema. Mas tem, naturalmente, a limitação de expressar apenas uma *vontade*. Só um episódio de características semelhantes poderá no futuro comprovar se os *media* norte-americanos, sobretudo – e sempre – a televisão, alteraram ou não os critérios de cobertura das acções terroristas mais espectaculares.

Particularidades do caso português

A realidade portuguesa tem muito pouco a ver com o que se passa nos Estados

Unidos, um país onde um jornal pode derrubar um presidente e onde um noticiário televisivo pode obrigar os assessores da Casa Branca a interromperem as suas actividades para preparar, a todo o transe, uma resposta a tempo de ser eventualmente incluída no mesmo serviço noticioso.²⁴

A televisão portuguesa, pelas razões que se sabem, tem as limitações que se conhecem. Mas também na rádio e nos jornais é ainda grande o «abismo da diferença».

Não significa isto que não haja já alguma história em matéria de cobertura jornalística de actos terroristas. Em Setembro de 1984, o Dr. Rui Machete, então ministro da Justiça, queixava-se de que a Imprensa portuguesa «encara com evidente complacência as Forças Populares 25 de Abril, mostrando-se muito crítica para com as autoridades policiais e judiciais» envolvidas na operação desencadeada em Junho do mesmo ano.

A reacção praticamente espontânea do profissional de comunicação social será encarar essa declaração como mais um sintoma da indisponibilidade ou incapacidade dos agentes do poder político para aceitar a plenitude dos riscos inerentes à existência de uma Imprensa livre. No entanto – e sem que Machete esteja eventualmente isento dessa «culpa» – a verdade é que uma análise mais ponderada e distanciada do que então se passou fornece pelo menos motivos para uma reflexão cuidada.

Tornemos, por exemplo, o caso do julgamento do árabe Al Awad, acusado do assassinio de Issam Sartawi, dirigente da OLP, durante uma reunião da Internacional Socialista realizada no Algarve. Uma boa parte dos relatos supostamente relacionados com o julgamento, publicados na Imprensa portuguesa, centrou-se em questões marginais, como declarações do proprietário do restaurante que fornecia as refeições a Awad e que o achava «simpático» ou insinuações mais ou menos veladas, de carácter romanesco, sobre o acusado e a respectiva advogada. Não está aqui em causa se Awad era inocente ou culpado; questiona-se, sim, o tipo de cobertura jornalística e deixa-se a interrogação sobre a sua influência no decorrer do julgamento e no seu desfecho.

Mais complexo é o que se passou e passa com o tratamento jornalístico de matéria respeitante às Forças Populares 25 de Abril. E será assim porque se trata de uma problemática intensamente politizada, que envolve algumas referências de fractura na sociedade portuguesa e ainda figuras públicas rodeadas por uma «mística» que radica directamente no período revolucionário posterior a Abril de 1974.

Permanece, por outro lado, em muitos portugueses, uma desconfiança latente face a

um qualquer aparelho repressivo, uma consequência compreensível da actuação das polícias durante a ditadura de Salazar e Caetano. Assim se entenderá, provavelmente, que jornais que passaram meses a reclamar medidas contra o terrorismo tenham reagido com cepticismo à operação policial contra as FP-25, realizada em Junho de 1984.

Poderá também perguntar-se se a Imprensa não estará a exceder os seus direitos quando dá voz a um suspeito de terrorismo. Para além de haver que considerar que, em alguns casos, se trata de *suspeitos* e não de *terroristas assumidos*, a verdade é que existe um risco no cumprimento do direito de informar. Na opinião de Artur Portela, «não há saída democrática para esse risco». E acrescenta o presidente do Conselho de Comunicação Social: «A saída seria o risco incomensuravelmente mais grave da inverdade, da censura, da autocensura, da graduação mais ou menos administrativa da ressonância jornalística a dar a actos como são os terroristas»²⁵. O psiquiatra José Niza considera, por seu lado, que «são decisivos os critérios do jornalista e os dos responsáveis da rádio e da televisão, bem como a perfeita consciência do impacto público dos instrumentos de comunicação que utilizam, desde a caneta à câmara de TV».²⁶

Encaminhamo-nos, pois, para aceitar que é preferencialmente no domínio dos critérios do jornalista que está a resposta à questão «como informar o terrorismo». Pierre Viansson Ponté, um antigo colunista do *Le Monde*, escreveu que «o jornalista compromete e entrega ao seu trabalho parte de si próprio, as suas acções e convicções, os seus conhecimentos e sensibilidades; enfrenta incessantemente situações agressivas, que fazem apelo à sua faculdade de entendimento, mas também à sua capacidade de sentir, reagir e resistir».²⁷ Ou então, nas palavras de Mário Mesquita: «Os factos não falam por si próprios; podem ser fabricados ou colocados perante o nariz do empreendedor repórter, por tal forma que sirvam de veículo a interesses privados e particulares; sob a capa do anonimato incolor, as notícias permitem distorções tão grosseiras como os comentários, sendo que nestes, ao menos, não se ilude o leitor com a aparência do rigor impessoal».²⁸

Confrontada, há alguns anos, com um fenómeno de características singulares, a Imprensa livre respondeu de forma quase «reflexa» segundo critérios de reacção tradicionais na comunicação social. A experiência entretanto acumulada recomenda algum exame de consciência, conducente a um conjunto de precauções a adoptar no tratamento jornalístico de actividades terroristas.

NOTAS

- ¹ O *Quinto Cavaleiro*, de Dominique Lapierre e Larry Collins, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.
- ² *Matéria Proibida*, de Arnaud de Borchgrave e Robert Moss, Lisboa, Moraes editores, 1981.
- ³ *A Tentação Totalitária*, de Jean-François Revel, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
- ⁴ Declarações ao *Washington Post* em 9 de Março de 1980, citadas por Claire Sterling na obra *A Rede do Terror*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981.
- ⁵ *Diário de Notícias*, 18 de Dezembro de 1985.
- ⁶ *Le Monde*, 22 de Julho de 1986.
- ⁷ *Valeurs actuelles*, de 21 de Julho de 1986, citado pelo *Le Monde* do mesmo dia.
- ⁸ *Diário de Notícias*, 18 de Dezembro de 1985.
- ⁹ *The News Media – what makes them tick*, de John L. Hulteng, New Jersey, Prentice-Hall perspectives in mass communications series, 1979.
- ¹⁰ O episódio e os comentários aqui transcritos são citados no livro de Hulteng.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ *Le Monde*, 4 de Janeiro de 1987.
- ¹⁴ *Understanding media – the extensions of man*, de Marshall McLuhan, New York, New American Library, 1964.
- ¹⁵ Citado por Linda Ellerbee no livro *And so it goes-adventures in television*, New York, G.P. Putnam's Sons, 1986.
- ¹⁶ Números revelados por Caspar Weinberger, em 5 de Julho de 1986, numa conferência realizada em Washington subordinada ao tema «A lei e o terrorismo».
- ¹⁷ *Media-speak-how television makes up your mind*, de Donna Wollfolk Cross, New York, New American Library, 1984.
- ¹⁸ *Idem*.
- ¹⁹ No livro *The evening stars – the making of the Network New Anchor*, Barbara Matusow relata alguns episódios assaz revela dores da impressionante influência de Cronkite na vida americana entre 1967 e 1981.
- ²⁰ Mais recentemente, Reagan optou mesmo por tentar impedir a publicação de notícias que a Administração considerava «inconvenientes», como aconteceu no episódio relatado por Mário Mesquita no número anterior desta revista. Estava em causa a divulgação pelo *Washington Post* de matéria relacionada com supostos *segredos de Estado* transmitidos aos soviéticos pelo funcionário americano Robert Pelton.
- ²¹ *A Defesa Nacional na balança da Imprensa americana*, de Mário Mesquita, *Estratégia* número de Outono de 1986.
- ²² *Idem*.
- ²³ *Idem*.
- ²⁴ A obra *The final days*, de Bob Woodward e Carl Bernstein, New York, Avon Books, 1977, para além do seu interesse como registo histórico, é bastante elucidativa sob a forma

como o poder político norte-americano encara o relacionamento com os media.

²⁵ *Diário de Notícias*, 26 de Maio de 1985.

²⁶ *Idem*.

²⁷ Citado por Mário Mesquita em *Deve & Haver*, Lisboa, Distri Editora, 1984.

²⁸ *Ibidem*.

Na elaboração deste trabalho – para além das obras e publicações referidas – utilizaram-se ainda alguns dos conceitos apresentados numa curta comunicação do autor, divulgada num colóquio sobre Comunicação Social, realizado em Lisboa em Outubro de 1985, por iniciativa do Instituto Progresso e Social Democracia – Francisco Sá Carneiro. Recorreu-se também a informação e opinião resultantes da leitura da Imprensa portuguesa e internacional ao longo de 1985 e 1986, designadamente, o *Diário de Notícias*, o *Diário Popular*, o *Diário de Lisboa*, o *Expresso*, *O Jornal*, o *Le Monde*, o *New York Times*, o *Washington Post* e as revistas *L'Express*, *Cambio 16*, *Time*, *newsweek* e *The Economist*. O visionamento da série televisiva *Televisão – a caixa que mudou o mundo* foi igualmente um precioso elemento de trabalho.